

UNIÃO DAS FACULDADES INTEGRADAS DE NEGÓCIOS - UNIFIN
FACULDADE SÃO FRANCISCO DE ASSIS
GRADUAÇÃO CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Thais de Souza Lima

**Obrigações acessórias exigidas pelo fisco para empresas
prestadoras de serviços tributadas com base no lucro presumido**

Porto Alegre

2017

Thais de Souza Lima

Obrigações acessórias exigidas pelo fisco para empresas prestadoras de serviços tributadas com base no lucro presumido

Trabalho de conclusão de Curso, apresentado à Faculdade São Francisco de Assis, como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Ciências Contábeis.

Professor Orientador: Fernando Florentino

Porto Alegre

2017

RESUMO

Este trabalho foi elaborado com o objetivo de descrever as principais obrigações acessórias exigidas pelo fisco para empresas do ramo de prestação de serviços, que optam pela tributação com base no lucro presumido. Dentre elas obrigações mensais e anuais com informações de débitos e créditos tributários, informações trabalhistas e previdenciárias, retenções de impostos, escrituração digital entre outras, todas elas com prazo estabelecido, sob penalidade de multa e juros no caso de descumprimento do prazo. Atualmente, todas as declarações são transmitidas via internet, o que possibilita aos órgãos fiscalizadores um acesso mais fácil às informações das empresas. Utilizando-se dos dados informados nessas declarações, o fisco consegue averiguar possíveis indícios de omissão de receita ou outras inconsistências por meio de cruzamento de dados realizados eletronicamente. Assim, devido à importância dessas informações o artigo apresenta uma descrição mais detalhada referente às regras gerais de apresentação e normas de preenchimento das mesmas.

Palavras-chave: Obrigações acessórias. Cruzamento de dados. Fiscalização.

ABSTRACT

This paper was elaborated with the objective of describing the main ancillary obligations required by the tax authorities for companies in the services sector, which opt for taxation based on presumed profit. Among them monthly and annual obligations with information of debits and tax credits, labor and social security information, withholding of taxes, digital bookkeeping among others, all of them with established term, under penalty of fine and interest in case of noncompliance of the term. Currently, all declarations are transmitted via the internet, which allows inspection agencies to have easier access to company information. Using the data reported in these statements, the tax authorities can investigate possible signs of omission of revenue or other inconsistencies by crossing data electronically. Thus, due to the importance of this information, the article presents a more detailed description of the general rules of presentation and rules for completing them.

Keywords: Accessory obligations. Crossing of data. Oversight.

1 INTRODUÇÃO

O sistema tributário hoje vigente no país é fruto de uma lenta evolução, desde que o Código Tributário Nacional foi sancionado em 1966 previu-se um sistema de harmonização das competências tributárias, onde buscou atribuir a cada ente Federativo, a competência por legislar e administrar tributos sob todas as categorias econômicas tributárias. Porém na prática, os recursos tributários partilhados pela União com Estados e Municípios e dos Estados para com os Municípios, antes de chegar a cada cidadão como serviços públicos passam de mãos em mãos por uma verdadeira burocracia, gerando custos estrondosos (pessoal, sistemas, arquivos, fiscalizações e auditorias entre outros).

Com uma elevada carga tributária, que taxa pesadamente tanto as pessoas físicas como as jurídicas, o Brasil tem também o sistema fiscal-tributário mais complexo do mundo fazendo do país o líder de um ranking negativo comparado aos sistemas tributários em todo o mundo. Portanto, o cumprimento de todas as obrigações acessórias deve ser uma das preocupações dos empresários. O não cumprimento pode resultar em prejuízos para a empresa, com penalidade de multas e fiscalização de órgãos fiscais.

Muitos são os deveres a serem cumpridos pelo contribuinte perante os órgãos fiscais, entre eles estão à obrigação principal, que é o pagamento do tributo ou de uma penalidade pecuniária, e também a obrigação acessória que aqui temos representada pela entrega de declarações para as entidades fiscalizadoras.

Este trabalho foi realizado através de pesquisa com base em leis, decretos, instrução normativa, ato declaratório, sítio da Receita Federal e do Ministério do Trabalho e citações de autores de livros que abordam os temas. Desta forma procura descrever as principais declarações a serem entregues, seus prazos, seus detalhes, as penalidades decorrentes do não cumprimento das mesmas. Dentre as esferas Federal, Estadual e Municipal, serão abordadas as seguintes obrigações acessórias: Sped – Escrituração Contábil Fiscal (ECF), Sped – Escrituração Contábil Digital (ECD), Sped – EFD-Contribuições, Declaração de Débitos e Créditos Tributários Fiscais (DCTF), Declaração do Imposto Retido na Fonte (DIRF), Declaração de Serviços Médicos e de Saúde (DMED), Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

(CAGED), Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e informações à Previdência Social (SEFIP/GFIP), e a Declaração Mensal de ISSQN.

2 OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA

Segundo Martins (2006, p. 163), “Consiste a obrigação tributária no poder que o Estado tem de exigir do contribuinte uma prestação positiva ou negativa, de acordo com a previsão da lei”.

A obrigação tributária é a relação jurídica existente entre o Fisco e um particular, cujo objeto é a prestação de dar (pagar o tributo), fazer ou não fazer. A obrigação tributária é composta pelos seguintes elementos:

a) sujeito ativo, que é a pessoa que pode exigir a obrigação tributária: o Estado;

b) sujeito passivo, que é a pessoa física ou jurídica obrigada pela lei a cumprir a prestação tributária;

c) causa: a lei é o que determina a obrigação jurídica tributária e não a vontade da pessoa;

d) objeto: é a prestação positiva ou negativa a que está obrigado o contribuinte em decorrência da lei.

O surgimento da obrigação tributária é decorrente da previsão da lei, independe a vontade da pessoa ou dos envolvidos, a vontade desta é irrelevante para o nascimento da obrigação tributária, podendo ser classificada como obrigação tributária principal ou acessória.

Figura 1: Quadro obrigação tributária



Fonte: Receita Federal

Conforme figura nº 1 acima, observa-se que a obrigação principal surge em decorrência do fato gerador e têm por objeto o pagamento do tributo, como é o caso de Impostos, Contribuições e Taxas. Já a obrigação acessória representa um dever administrativo com a finalidade de controlar o cumprimento da obrigação tributária de exigência do tributo, oferecendo ao fisco dados para a comprovação do pagamento da obrigação principal.

2.1 Obrigação tributária principal

A obrigação é principal quando o contribuinte tem por prestação (por dever) o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária (multa em dinheiro).

Conforme Martins (2006) A obrigação tributária não é decorrente de coisa. Obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador que tem por objeto o pagamento de tributo e extingue-se juntamente com o crédito tributário dela decorrente (artigo 113, § 1, do CTN). O conteúdo da obrigação principal é patrimonial. O sujeito passivo entrega numerário ao Estado.

A obrigação principal somente se extingue com o pagamento (recolhimento) do valor integral devido. Se for recolhido parcialmente, não se considera extinto.

2.2 Obrigação tributária acessória

As obrigações acessórias são instrumentos que facilitam a observância da obrigação principal, servindo como ferramenta para fiscalização e arrecadação do tributo perante o Estado.

Segundo Martins (2006) a obrigação acessória, tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos. Prestações positivas são escriturar livros fiscais, apresentar documentos, guardá-los por certo período, inscrever-se o contribuinte no cadastro fiscal. Prestações negativas são abster-se o contribuinte de receber mercadorias sem exigir nota fiscal. O contribuinte também tem de tolerar a fiscalização tributária, que irá examinar documentos e livros fiscais.

Não existe correlação absoluta entre a obrigação acessória e a obrigação principal, pois mesmo não existindo a obrigação principal pode ocorrer a obrigação acessória em algumas ocasiões. Por exemplo, o contribuinte pode não ter imposto de renda a pagar, pois no ano-base teve prejuízo, entretanto, dependendo do caso, tem o contribuinte obrigação de ter livros fiscais e escriturá-los. O fato de não cumprir a obrigação acessória importa o pagamento de penalidade pecuniária, embora não exista obrigação principal de pagar o tributo.

Para o contribuinte, as obrigações acessórias são deveres administrativos e burocráticos, o que se torna uma tarefa difícil atender a cada uma dessas obrigações, pois é preciso investir pesadamente no desenvolvimento e na adaptação dos seus sistemas e processos internos, para adequá-los às exigências de cada obrigação. Sem contar que, quando o contribuinte consegue enfim, se adaptar ao que lhe é exigido, surgem novas obrigações que tumultuam a rotina fiscal e contábil mesmo das empresas mais organizadas.

Estamos vivendo numa era digital em que o fisco, usando a tecnologia para atingir mais rápido seus objetivos, vem modernizando a sistemática atual do cumprimento das obrigações acessórias transmitidas pelos contribuintes. Primeiro, implantou o uso da certificação digital para fins de assinatura dos documentos eletrônicos, hoje, obrigatória para a transmissão dos arquivos e declarações online. Institui pelo Decreto nº 6.022, em 2007, o Sistema Público de Escrituração Digital (Sped), sistema que representa uma iniciativa integrada das administrações tributárias nas três esferas governamentais: federal, estadual e municipal.

Conforme Decreto nº 6.022/07:

Art. 2º O Sped é instrumento que unifica as atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos que integram a escrituração contábil e fiscal dos empresários e das pessoas jurídicas, inclusive imunes ou isentas, mediante fluxo único, computadorizado, de informações. (BRASIL, 2007)

Este projeto consiste na modernização da sistemática atual do cumprimento das obrigações acessórias, transmitidas pelos contribuintes às administrações tributárias e aos órgãos fiscalizadores, utilizando-se da certificação digital para fins de assinatura dos documentos eletrônicos, garantindo assim a validade jurídica dos mesmos apenas na sua forma digital.

O Sped tem como objetivos, entre outros:

- Promover a integração dos entes fiscalizadores, mediante a padronização e compartilhamento das informações contábeis e fiscais, respeitadas as restrições legais.
- Racionalizar e uniformizar as obrigações acessórias para os contribuintes, com o estabelecimento de transmissão única de distintas obrigações acessórias de diferentes órgãos fiscalizadores.
- Tornar mais rápida a identificação de ilícitos tributários, com a melhoria do controle dos processos, a rapidez no acesso às informações e a fiscalização mais efetiva das operações com o cruzamento de dados e auditoria eletrônica.

Figura 1: Projetos do sistema SPED



Fonte: BLOG CEFIS, 2017

Em análise à Figura 1, observa-se que o Sped abrange alguns projetos que estão divididos nas áreas contábil, fiscal, pessoal e nota fiscal eletrônica, representado por uma série de programas e procedimentos que unificam em um fluxo único de informações, toda a escrituração contábil, fiscal e de setor pessoal dos empresários e das pessoas jurídicas de nosso país

2.3 Principais obrigações acessórias

Após identificar que obrigação tributária acessória são todos os demais trâmites burocráticos que servirão como bases para o pagamento do tributo e futura fiscalização serão apresentadas as principais obrigações acessórias exigidas pelo fisco para empresas prestadoras de serviço que tributam com base no lucro presumido. Informações como para que servem, características, prazo de entrega, obrigatoriedade de apresentação, entre outras serão abordadas a seguir.

2.3.1 DIPJ (Declaração de Informações Econômico-fiscal da Pessoa jurídica) X ECF (Escrituração Contábil Fiscal)

Conforme HIGUCHI (2016) As pessoas jurídicas deveriam apresentar, anualmente, a declaração de rendimentos compreendendo o resultado das operações do período de 01 de janeiro a 31 de dezembro do ano anterior à da declaração.

A DIPJ foi substituída, a partir do ano-calendário de 2014, pela ECF - Escrituração Contábil Fiscal.

A Instrução Normativa SRF 127/1998 instituiu a DIPJ (Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica). Esta era apresentada em meio magnético, mediante a utilização de programa gerador de declaração, disponível para os contribuintes nas unidades da Secretaria da Receita Federal ou na internet. As pessoas jurídicas tributadas com base no lucro presumido pagavam, trimestralmente, o imposto de renda, mas o período-base da declaração era anual.

Todas as pessoas jurídicas, inclusive as equiparadas, sujeitas à prestação de informações na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ deveriam apresentar essa Declaração anualmente, de forma centralizada pela matriz, nos prazos fixados.

A Escrituração Contábil Fiscal (ECF) substituiu a DIPJ, a partir do ano-calendário 2014, com entrega prevista para o último dia útil do mês de julho do ano posterior ao do período da escrituração no ambiente do Sistema Público de

Escrituração Digital (Sped). Portanto, a DIPJ foi extinta a partir do ano-calendário 2014.

São obrigadas ao preenchimento da ECF todas as pessoas jurídicas, inclusive imunes e isentas, sejam elas tributadas pelo lucro real, lucro arbitrado ou lucro presumido, exceto:

I - As pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), de que trata a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

II - Os órgãos públicos, às autarquias e às fundações públicas;

III - As pessoas jurídicas inativas de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.536, de 22 de dezembro de 2014; e

Nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1536, de 22 de dezembro de 2014, considera-se pessoa jurídica inativa aquela que não tenha efetuado qualquer atividade operacional, não operacional, patrimonial ou financeira, inclusive aplicação no mercado financeiro ou de capitais, durante todo o ano-calendário. Estas deverão apresentar a Declaração Simplificada da Pessoa Jurídica (DSPJ) - Inativa.

Uma das inovações da ECF corresponde, para as empresas obrigadas a entrega da Escrituração Contábil Digital (ECD), à utilização dos saldos e contas da ECD para preenchimento inicial da ECF. Ademais, a ECF também recupera os saldos finais das ECF anterior, a partir do ano-calendário 2015. Na ECF haverá o preenchimento e controle, por meio de validações, das partes A e B do Livro Eletrônico de Apuração do Lucro Real (e-Lalur) e do Livro Eletrônico de Apuração da Base de Cálculo da CSLL (e-Lacs). Todos os saldos informados nesses livros também serão controlados e, no caso da parte B, haverá o batimento de saldos de um ano para outro.

Finalmente, a ECF apresentará as fichas de informações econômicas e de informações gerais em novo formato de preenchimento para as empresas.

O prazo de entrega foi fixado pelo art. 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.422/2013, reproduzido abaixo:

Art. 3º A ECF será transmitida anualmente ao Sistema Público de Escrituração Digital (Sped) até o último dia útil do mês de julho do ano seguinte ao ano-calendário a que se refira.

§ 1º A ECF deverá ser assinada digitalmente mediante certificado emitido por entidade credenciada pela Infra estrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), a fim de garantir a autoria, a autenticidade, a integridade e a validade jurídica do documento digital.

§ 2º Nos casos de extinção, cisão parcial, cisão total, fusão ou incorporação, a ECF deverá ser entregue pelas pessoas jurídicas extintas, cindidas, fusionadas, incorporadas e incorporadoras, até o último dia útil do 3º (terceiro) mês subsequente ao do evento.

§3º A obrigatoriedade de entrega da ECF, na forma prevista no § 2º, não se aplica à incorporadora, nos casos em que as pessoas jurídicas, incorporadora e incorporada, estejam sob o mesmo controle societário desde o ano-calendário anterior ao do evento.

§ 4º Nos casos de extinção, cisão parcial, cisão total, fusão ou incorporação, ocorridos de janeiro a abril do ano-calendário, o prazo de que trata o § 2º será até o último dia útil do mês de julho do referido ano, mesmo prazo da ECF para situações normais relativas ao ano-calendário anterior.

§ 5º O prazo para entrega da ECF será encerrado às 23h59min59s (vinte e três horas, cinquenta e nove minutos e cinquenta e nove segundos), horário de Brasília, do último dia fixado para entrega da escrituração.

2.3.2 ECD (Escrituração Contábil Digital)

A Escrituração Contábil Digital (ECD) é parte integrante do projeto SPED e atualmente é o sistema utilizado pela contabilidade das empresas sem a necessidade de emissão dos livros legais, sendo estes substituídos por arquivos digitais. Assim, ao final do período, em vez de a empresa emitir um livro diário e um livro razão, estes ficam restritos a armazenamento em dispositivos próprios, como, CDs, pen drives, etc. Em função disso, a rotina é alterada, sendo que, no lugar de apresentar os livros para registros na Junta Comercial, eles serão validados por registro eletrônico.

Segundo o art. 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.420/2013, estão obrigadas a adotar a ECD, em relação aos fatos contábeis ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2014:

I - as pessoas jurídicas sujeitas à tributação do Imposto sobre a Renda com base no lucro real;

II - as pessoas jurídicas tributadas com base no lucro presumido, que distribuam, a título de lucros, sem incidência do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (IRRF), parcela dos lucros ou dividendos superior ao valor da base de cálculo do Imposto, diminuída de todos os impostos e contribuições a que estiver sujeita; e

III - As pessoas jurídicas imunes e isentas que, em relação aos fatos ocorridos no ano calendário, tenham sido obrigadas à apresentação da Escrituração Fiscal Digital das Contribuições, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.252, de 1º de março de 2012.

IV – As Sociedades em Conta de Participação (SCP), como livros auxiliares do sócio ostensivo.

§ 1º Fica facultada a entrega da ECD às demais pessoas jurídicas.

§ 2º As declarações relativas a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) exigidas das pessoas jurídicas que tenham apresentado a ECD, em relação ao mesmo período, serão simplificadas, com vistas a eliminar eventuais redundâncias de informação.

§ 3º A obrigatoriedade a que se refere este artigo e o art. 3º- A não se aplica:

I - às pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), de que trata a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

II - aos órgãos públicos, às autarquias e às fundações públicas; e

III - às pessoas jurídicas inativas de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.536, de 22 de dezembro de 2014.

§ 4º Em relação aos fatos contábeis ocorridos no ano de 2013, ficam obrigadas a adotar a ECD as sociedades empresárias sujeitas à tributação do Imposto de Renda com base no Lucro Real.

§ 5º As pessoas jurídicas do segmento de construção civil dispensadas de apresentar a Escrituração Fiscal Digital (EFD) e obrigadas a escriturar o livro Registro de Inventário, devem apresentá-lo na ECD, como um livro auxiliar.

§ 6º A obrigatoriedade prevista nos incisos III e IV do caput aplica-se em relação aos fatos contábeis ocorridos até 31 de dezembro de 2015.

Segundo o art. 3º-A da Instrução Normativa RFB nº 1.420/2015 estão obrigadas a adotar a ECD, em relação aos fatos contábeis ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2016:

I - as pessoas jurídicas imunes e isentas, obrigadas a manter escrituração contábil, nos termos da alínea “c” do § 2º do art. 12 e do § 3º do art. 15, ambos da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, que no ano-calendário, ou proporcional ao período a que se refere:

a) apurarem Contribuição para o PIS/Pasep, Cofins, Contribuição Previdenciária incidente sobre a Receita de que tratam os arts. 7º a 9º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e a Contribuição incidente sobre a Folha de Salários, cuja soma seja superior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais); ou

b) auferirem receitas, doações, incentivos, subvenções, contribuições, auxílios, convênios e ingressos assemelhados, cuja soma seja superior a R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais).

II - as pessoas jurídicas tributadas com base no lucro presumido que não se utilizem da prerrogativa prevista no parágrafo único do art. 45 da Lei nº 8.981, de 1995.

O prazo de entrega foi fixado pelo art. 5º da Instrução Normativa RFB nº 1.420/2013, reproduzido abaixo:

Art. 5º A ECD será transmitida anualmente ao Sped até o último dia útil do mês de maio do ano seguinte ao ano-calendário a que se refira a escrituração.

§ 1º Nos casos de extinção, cisão parcial, cisão total, fusão ou incorporação, a ECD deverá ser entregue pelas pessoas jurídicas extintas, cindidas, fusionadas, incorporadas e incorporadoras até o último dia útil do mês subsequente ao do evento.

§ 2º O prazo para entrega da ECD será encerrado às 23h59min59s (vinte e três horas, cinquenta e nove minutos e cinquenta e nove segundos), horário de Brasília, do dia fixado para entrega da escrituração.

§ 3º A obrigatoriedade de entrega da ECD, na forma prevista no § 1º, não se aplica à incorporadora, nos casos em que as pessoas jurídicas, incorporadora e incorporada, estejam sob o mesmo controle societário desde o ano-calendário anterior ao do evento.

§ 4º Nos casos de extinção, cisão parcial, cisão total, fusão ou incorporação, ocorridos de janeiro a abril do ano da entrega da ECD para situações normais, o prazo de que trata o § 1º será até o último dia útil do mês de maio do referido ano.

§ 5º Nos casos de extinção, cisão parcial, cisão total, fusão ou incorporação, ocorridos de janeiro a dezembro de 2014, o prazo de que trata o § 1º será até o último dia útil do mês de junho de 2015.

2.3.3 DACON (Demonstrativo de apuração de contribuições sociais) X EFD-Contribuições

Segundo Young (2012), o Dacon abrange informações sobre a apuração do PIS e COFINS nos regimes não cumulativo e cumulativo, e sobre o PIS calculado com base na folha de salários. Com base nessas informações as pessoas jurídicas de direito privado e as equiparadas, deverão apresentar o Dacon mensalmente de forma centralizada pelo estabelecimento matriz. Essa obrigação também se aplica as pessoas jurídicas imunes e isentas do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), cuja soma dos valores mensais da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS apuradas seja superior a R\$ 10.000 (dez mil reais).

A obrigatoriedade de entrega do Dacon foi extinta com a IN RFB Nº 1441, de 20 de janeiro de 2014, relativo a fatos geradores ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2014. A entrega do Dacon foi substituída pela EFD-Contribuições

A EFD-Contribuições trata de arquivo digital instituído no Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, a ser utilizado pelas pessoas jurídicas de direito privado na escrituração da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, nos regimes de apuração não-cumulativo e/ou cumulativo, com base no conjunto de documentos e operações representativos das receitas auferidas, bem como dos custos, despesas, encargos e aquisições geradores de créditos da não cumulatividade.

Com o advento da Lei nº 12.546/2011, a EFD-Contribuições passou a contemplar também a escrituração digital da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta, incidente nos setores de comércio, serviços e indústrias, no auferimento de receitas referentes aos CNAE, atividades, serviços e produtos (NCM) nela relacionados.

O EFD Contribuições é a obrigação acessória para as pessoas jurídicas que apuram e recolhem contribuições para o PIS, contribuições para o Financiamento Social (COFINS) e a Contribuição Previdenciária Incidente sobre a Receita. Nesse Sped, os contribuintes irão escriturar e informar digitalmente as operações referentes ao faturamento mensal que geraram as contribuições informadas nesse SPED — PIS, COFINS e Contribuição Previdenciária Incidente Sobre a Receita. Nesse SPED é, também, necessário informar as retenções dessas contribuições, para que a apuração seja informada de acordo com os valores recolhidos aos cofres públicos.

O arquivo da EFD-Contribuições deverá ser validado, assinado digitalmente e transmitido, via Internet, ao ambiente Sped. Conforme disciplina a Instrução Normativa RFB nº 1.252, de 01 de março de 2012, estão obrigadas à escrituração fiscal digital em referencia:

I - em relação à Contribuição para o PIS/Pasep e à Cofins, referentes aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2012, as pessoas jurídicas sujeitas à tributação do Imposto sobre a Renda com base no Lucro Real;

II - em relação à Contribuição para o PIS/Pasep e à Cofins, referentes aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2013, as demais pessoas jurídicas sujeitas à tributação do Imposto sobre a Renda com base no Lucro Presumido ou Arbitrado;

III - em relação à Contribuição para o PIS/Pasep e à Cofins, referentes aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2014, as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º, 8º e 9º do art. 3º da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, e na Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983;

IV - em relação à Contribuição Previdenciária sobre a Receita, referente aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de março de 2012, as pessoas jurídicas que desenvolvam as atividades relacionadas nos arts. 7º e 8º da Medida Provisória nº 540, de 2 de agosto de 2011, convertida na Lei nº 12.546, de 2011;

V - em relação à Contribuição Previdenciária sobre a Receita, referente aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de abril de 2012, as pessoas jurídicas que desenvolvam as atividades relacionadas nos §§ 3º e 4º do art. 7º e nos incisos III a V do caput do art. 8º da Lei nº 12.546, de 2011.

A pessoa jurídica poderá retificar os arquivos originais da EFD-Contribuições em 5 (cinco) anos contados do 1º (primeiro) dia do exercício seguinte àquele a que se refere a escrituração, sem penalidade. Todavia, a retificação não será validada pela Receita Federal:

- Para reduzir débitos que já tenham sido encaminhados à PFN, que tenham sido objeto de auditoria interna ou de procedimento de fiscalização;
- Para alterar débitos em relação aos quais a pessoa jurídica tenha sido intimada de início de procedimento fiscal;
- Para alterar créditos já objeto de exame em procedimento de fiscalização ou objeto de análise de PERDComp.

A partir de sua base de dados, a pessoa jurídica deverá gerar um arquivo digital de acordo com leiaute estabelecido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, informando todos os documentos fiscais e demais operações com repercussão no campo de incidência das contribuições sociais e dos créditos da não-cumulatividade, bem como da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta, referentes a cada período de apuração das respectivas contribuições. Este arquivo deverá ser submetido à importação e validação pelo Programa Validador e Assinador (PVA da EFD-Contribuições) fornecido na página do Sped e da RFB.

Como pré-requisito para a instalação do PVA EFD-Contribuições é necessária a instalação da máquina virtual do Java. Após a importação ou criação da escrituração, a mesma poderá ser visualizada pelo próprio Programa Validador, com possibilidades de pesquisas de registros ou relatórios do sistema. Outras funcionalidades do programa: digitação, alteração, assinatura digital da EFD-Contribuições, transmissão do arquivo, exclusão de arquivos, geração de cópia de segurança e sua restauração.

O programa gerador de escrituração possibilitará: Importar o arquivo com o leiaute da EFD-Contribuições definido pela RFB; Criar uma nova escrituração, mediante digitação completa dos dados; Validar o conteúdo da escrituração e indicar dos erros e avisos; Editar via digitação os registros criados ou importados; Emissão de relatórios da escrituração; Geração do arquivo digital, para assinatura e transmissão ao Sped; Assinar do arquivo gerado por certificado digital; Efetuar a transmissão do arquivo ao Sped.

A periodicidade de apresentação do arquivo da EFD-Contribuições é mensal, devendo ser transmitido, após a sua validação e assinatura digital, até o 10º (décimo) dia útil do segundo mês subsequente ao de referência da escrituração.

2.3.4 DCTF (Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais)

Segundo a IN RFB 1.130/11 deverão apresentar a Declaração de Débitos e Créditos de Tributos Federais (DCTF Mensal), desde que tenham débitos a declarar:

a) as pessoas jurídicas de direito privado em geral, inclusive as equiparadas, as imunes e as isentas, de forma centralizada, pela matriz;

b) as unidades gestoras de orçamento das autarquias e fundações instituídas e mantidas pela administração pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e dos órgãos públicos dos poderes Executivo, Legislativo e judiciário dos Estados.

Conforme Young (2012) também apresentará informações relativas aos pagamentos efetuados pela Pessoa Jurídica, relativos aos débitos nela declarados, bem como parcelamentos, informações sobre suspensão da exigibilidade do crédito tributário, parcelamentos e compensações.

A DCTF deve ser elaborada mediante a utilização do Programa Gerador da Declaração (PGD) e transmitida pela Internet com a utilização do programa Receita net. Para a transmissão da DCTF, é obrigatória a assinatura digital da declaração mediante utilização de certificado digital válido, inclusive para as ME e as EPP enquadradas no Simples Nacional.

As pessoas jurídicas devem apresentar a DCTF até o 15º (décimo quinto) dia útil do 2º (segundo) mês subsequente ao mês de ocorrência dos fatos geradores.

O sujeito passivo que deixa de apresentar a DCTF no prazo fixado ou que a apresenta com incorreções ou omissões é intimado a apresentar declaração original, no caso de não apresentação, ou a prestar esclarecimentos, nos demais casos, no prazo estipulado pela RFB, e sujeita-se às seguintes multas:

- de 2% (dois por cento) ao mês-calendário ou fração, incidente sobre o montante dos impostos e contribuições informados na DCTF, ainda que

integralmente pago, no caso de falta de entrega dessa declaração ou de entrega após o prazo, limitada a 20% (vinte por cento), observado o valor mínimo; e

- de R\$ 20,00 (vinte reais) para cada grupo de 10 (dez) informações incorretas ou omitidas.

2.3.5 DIRF (Declaração do Imposto de renda Retido na Fonte)

A Declaração do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte - DIRF foi instituída pela Secretaria da Receita Federal, instrução normativa nº 269, em de 26 de dezembro de 2002, uma declaração anual geralmente fixada à entrega no ultimo dia útil do mês de fevereiro do ano seguinte ao ano-calendário.

Conforme Young (2012), estão obrigadas a entregar a declaração, as seguintes pessoas físicas e jurídicas, que tenham pago ou creditado rendimentos que tenham sofrido retenção sobre o imposto sobre a renda na fonte, ainda que em um único mês do ano-calendário a que se referir a entrega da declaração. São elas:

- a) estabelecimentos matrizes de pessoas jurídicas de direito privado domiciliadas no Brasil, inclusive as imunes ou isentas;
- b) pessoas jurídicas de direito publico, inclusive os fundos públicos de que trata o art. 71 da Lei 4.320/64;
- c) filiais, sucursais ou representações de pessoas jurídicas com sede no exterior;
- d) empresas individuais;
- e) caixas, associações e organizações sindicais de empregados e empregadores;
- f) titulares de serviços notariais e de registro;
- g) condomínios edifícios;
- h) pessoas físicas;
- i) instituições administradoras ou intermediadoras de fundos ou clubes de investimentos; e
- j) órgãos gestores de mão de obra do trabalho portuário.

Deverão também entregar a DIRF, as pessoas físicas e jurídicas domiciliadas no País que efetuarem pagamento, crédito, entrega, emprego ou remessa a pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no exterior, de valores referentes a:

- a) aplicações em fundos de investimento de conversão de débitos externos;
- b) royalties, serviços técnicos e de assistência técnica;
- c) juros e comissões em geral;
- d) juros sobre o capital próprio;
- f) aluguel e arrendamento;
- g) aplicações financeiras em fundos ou em entidades de investimento coletivo;
- h) carteiras de valores mobiliários e mercados de renda fixa ou renda variável;
- i) fretes internacionais;
- j) previdência complementar;
- k) remuneração de direitos;
- l) obras audiovisuais, cinematográficas e videofônicas;
- m) lucros e dividendos distribuídos;
- n) cobertura de gastos pessoais, no exterior, de pessoas físicas residentes no País, em viagens de turismo, negócios, serviço, treinamento ou missões oficiais;
- o) rendimentos de que trata o art. 1º do Decreto nº 6.761, de 5 de fevereiro de 2009, que tiveram a alíquota do imposto sobre a renda reduzida a 0% (zero por cento);
- p) demais rendimentos considerados como rendas e proventos de qualquer natureza, na forma prevista na legislação específica.

Ficam também obrigadas à apresentação da DIRF, as pessoas jurídicas que tenham efetuado retenção, ainda que em um único mês do ano-calendário a que se referir a declaração, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e da Contribuição para o PIS/PASEP sobre pagamentos efetuados a outras pessoas jurídicas, nos termos do § 3º do art. 3º da Lei nº 10.485/02 (retenção sobre aquisição de autopeças), e dos arts. 30, 33 e 34 da Lei nº 10.833/03 (4,65% e retenções de empresas públicas e outras entidades).

Deverão ser prestadas informações relativas à retenção do IRRF e das contribuições incidentes sobre os pagamentos efetuados a pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços, nos termos do art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, nas DIRF apresentadas por:

- a) órgãos públicos;
- b) autarquias e fundações da administração pública federal;

- c) empresas públicas;
- d) sociedades de economia mista; e

e) demais entidades de cujo capital social com direito a voto, a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria, e que recebam recursos do Tesouro Nacional e estejam obrigadas a registrar a sua execução orçamentária e financeira no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi).

O programa gerador da DIRF é de uso obrigatório pelas fontes pagadoras, pessoas físicas e jurídicas, para preenchimento ou importação de dados da declaração e é disponibilizado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) em seu sítio na internet, no endereço <http://www.receita.fazenda.gov.br>. Para transmissão da declaração das pessoas jurídicas (exceto empresas optantes pelo Simples Nacional), é obrigatória a assinatura digital da declaração mediante utilização de certificado digital válido, o arquivo transmitido pelo estabelecimento matriz deverá conter as informações consolidadas de todos os estabelecimentos da pessoa jurídica.

A Instrução normativa da DIRF prevê penalidades para a falta de apresentação da declaração no prazo fixado, ou a sua apresentação após o prazo, sujeita o declarante a multa de 2% ao mês calendário ou fração, incidente sobre o montante do imposto de renda informado na declaração, ainda que integralmente pago, limitada a 20%, observada as multas mínimas. Para efeito de aplicação da multa, é considerado como termo inicial o dia seguinte ao termino do prazo originalmente fixado para a entrega da declaração e como termo final a data da efetiva entrega ou, no caso de não apresentação, da lavratura do auto de infração. Observado os valores mínimos, a multa é reduzida:

- a) em 50% quando a declaração for apresentada após o prazo, mas antes de qualquer procedimento de ofício;
- b) em 25%, se houver a apresentação da declaração no prazo fixado na intimação.

A multa mínima a ser aplicada é de:

- a) R\$ 200,00 (duzentos reais), tratando-se de pessoa física, pessoa jurídica inativa e pessoa jurídica optante pelo regime de tributação previsto na Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996;
- b) R\$ 500,00 (quinhentos reais), nos demais casos.

2.3.6 DMED (Declaração de Serviços Médicos e de Saúde)

Conforme Young (2012) DMED é a sigla para a Declaração de Serviços Médicos e de Saúde, uma declaração que foi instituída em 2009 no Brasil pela Instrução Normativa RFB nº 985.

Todas as Pessoas Jurídicas ou Pessoas Físicas equiparadas a Jurídica que sejam prestadores de serviços médicos e de saúde, operadoras de plano privado de assistência à saúde ou prestadoras de serviço de saúde que também sejam operadoras de plano privado de assistência à saúde.

Em outras palavras, todos os médicos são obrigados a apresentar e entregar a Declaração de Serviços Médicos e de Saúde. Porém, vale salientar que o profissional liberal prestador de serviços médicos e de saúde não é obrigado a apresentar a Dmed (apenas se for equiparado a Pessoa Jurídica). Desta forma, o médico, dentista, psicólogo, fisioterapeuta, terapeuta ocupacional ou fonoaudiólogo que, individualmente, exerça a sua profissão ou explore atividades sem vínculo empregatício, mesmo que possua estabelecimento e empregue auxiliares, não se equipara a Pessoa Jurídica.

Se a prestação de serviço for realizada por mais de um profissional, todos com a mesma formação, e de maneira sistemática, habitual e sob responsabilidade profissional da área, será configurada a equiparação à Pessoa Jurídica e então a declaração da Dmed será necessária. São todos os serviços prestados por:

Psicólogos, Fisioterapeutas, Terapeutas Ocupacionais, Fonoaudiólogos, Dentistas, Hospitais, Laboratórios, Serviços Radiológicos, Serviços de Próteses Ortopédicas e Dentárias, Clínicas Médicas de qualquer especialidade, Serviços prestados por estabelecimento geriátrico classificado como hospital pelo Ministério da Saúde e por entidades de ensino destinadas à instrução de deficiente físico ou mental.

Todos os valores recebidos de Pessoas Físicas e plano privado de assistência à saúde em decorrência do pagamento pela prestação de serviço e de saúde. A Dmed precisa ser apresentada pela matriz da Pessoa Jurídica consolidando todas as informações de filiais e outros estabelecimentos.

Segundo Young (2012) Os gastos ocorridos com médicos e saúde são um tipo de despesa dedutível no imposto de renda pessoa física, e por ser uma informação em que não havia cruzamento digital era normalmente utilizada para

“beneficiar” o resultado da declaração. A fiscalização ocorria somente na ocasião em que a declaração caía na malha fina.

Atualmente com a entrega da DMED, esta informação poderá ser cruzada de forma digital identificando deduções indevidas de despesas médicas, tendo como objetivo cruzar os dados entre as declarações dos pacientes e profissionais da área de saúde (pessoas jurídicas) a fim de combater a apresentação de recibos falsos para a dedução de imposto na declaração de ajuste anual da pessoa física. A prestação de informações falsas na DMED configura hipótese de crime contra a ordem tributaria, prevista na Lei 8.137/90, art 2º, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

2.3.7 RAIS (Relação Anual de Informações Sociais)

A Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) é um relatório de informações socioeconômicas solicitado pelo Ministério do Trabalho e Emprego brasileiro às pessoas jurídicas e outros empregadores anualmente.

Foi instituída pelo Presidente da República através do Decreto Nº 76.900 de 23 de dezembro de 1975:

Art 1º Fica instituída a Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, a ser preenchida pelas empresas, contendo elementos destinados a suprir as necessidades de controle, estatística e informações das entidades governamentais da área social. (BRASIL, 1975)

Essa declaração anual tem por objetivo o suprimento às necessidades de controle da atividade trabalhista no país, e ainda, o provimento de dados para a elaboração de estatísticas do trabalho e a disponibilização de informações do mercado de trabalho às entidades governamentais. Os dados coletados são utilizados para legislação da nacionalização do trabalho; controle dos registros do FGTS; dos Sistemas de Arrecadação e de Concessão e Benefícios Previdenciários; de estudos técnicos de natureza estatística e atuarial; e de identificação do trabalhador com direito ao abono salarial PIS/PASEP.

A RAIS serve também para obter informações sobre a quantidade de empregos formais existentes no país, quanto se demitiu, quantos empregos foram

criados, qual setor contratou mais e se novas atividades foram criadas. Sendo que estes dados são divididos por município, classe econômica e ocupação, faixa etária, grau de instrução, tempo de serviço e faixa de rendimento médio.

Esta declaração é obrigatória para todas as empresas incluindo: órgãos da administração direta e indireta dos Governos Federal, Estadual e Municipal; e qualquer pessoa física que tenha empregado algum funcionário no ano anterior. Já as micro e pequenas empresas que não contrataram empregados no ano anterior declaram a RAIS Negativa onde são fornecidos somente os dados cadastrais do estabelecimento. Só o empreendedor individual que não empregou no ano anterior fica isento de apresentar a Relação Anual de Informações Sociais Negativa.

A falta de entrega da RAIS acarreta multas ao empregador, não o isentando da obrigatoriedade da declaração. Havendo necessidade de ratificação, esta não acarretará multa e deverá ser entregue nos prazos determinados.

2.3.8 CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados)

O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – Caged é uma obrigação trabalhista preparada por todas as pessoas jurídicas e equiparadas, mensalmente, por ocorrência de admissão, transferência ou demissão de empregados. O Ministério do Trabalho e Emprego deve controlar as admissões e demissões de empregados sob o regime da CLT que ocorrem no país.

A Lei 4.923/65 instituiu essa obrigação:

§ 1^a As empresas que dispensarem ou admitirem empregados ficam obrigadas a fazer a respectiva comunicação às Delegacias Regionais do Trabalho, mensalmente, até o dia sete do mês subsequente ou como estabelecido em regulamento, em relação nominal por estabelecimento, da qual constará também a indicação da Carteira de Trabalho e Previdência Social ou, para os que ainda não a possuem, nos termos da lei, os dados indispensáveis à sua identificação pessoal. (BRASIL, 1965)

Essas informações compõem a base de dados do Caged, com a identificação do nome das empresas e dos empregados. É possível ainda identificar os segmentos produtivos que mais estão admitindo ou demitindo trabalhadores, servem como base para a elaboração de estudos, pesquisas, projetos e programas ligados

ao mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que subsidia a tomada de decisões para ações governamentais. É utilizado, ainda, pelo Programa de Seguro-Desemprego para conferir os dados referentes aos vínculos trabalhistas, além de outros programas sociais.

Com esse banco de dados é possível, por exemplo, o Governo implementar programas de incentivos para algum setor da economia, como aconteceu recentemente com a redução de impostos sobre veículos. Havia risco de demissão em massa no setor automobilístico e a isenção de imposto permitiu um aumento de vendas com a necessidade de manutenção da produção evitando consequentemente as demissões que estavam para ocorrer.

2.3.9 SEFIP (Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e informações à Previdência Social) / GFIP (Guia de Recolhimento ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social)

Através do Decreto Nº 2.803 de 20 de Outubro de 1998, foi instituída a GFIP:

Art. 1º - A empresa é obrigada a informar mensalmente ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, por intermédio da Guia de Recolhimento ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social - GFIP, na forma por ele estabelecida, dados cadastrais, todos os fatos geradores de contribuição previdenciária e outras informações de interesse daquele Instituto. (BRASIL, 1998)

Conforme consulta no Sítio da Caixa Econômica Federal, o Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (SEFIP) é um aplicativo desenvolvido pela Caixa para o empregador. O sistema é destinado a todas as pessoas físicas, jurídicas e contribuintes equiparados a empresa, sujeitos ao recolhimento do FGTS, e é responsável por consolidar os dados cadastrais e financeiros dos contribuintes e trabalhadores para repassar ao FGTS e à Previdência Social. Também é utilizado para gerar a Guia de Recolhimento do FGTS (GRF), gerada com código de barras para recolher o FGTS.

Os arquivos gerados pelo SEFIP devem ser transmitidos pela internet, por meio do Conectividade Social, e a GRF emitida deve ser recolhida até o 7º dia do mês seguinte àquele em que a remuneração do trabalhador foi paga.

O valor a ser creditado na conta vinculada do trabalhador é calculado com base na remuneração do empregado, de acordo com o tipo de contrato:

- Menor Aprendiz: quota de 2% sobre a remuneração
- Demais Trabalhadores: quota de 8% sobre a remuneração.

No caso da rescisão do contrato de trabalho sem justa causa, ou quando é devido aviso prévio indenizado ao trabalhador, o empregador deve recolher os valores rescisórios devidos, obrigatoriamente, pela Guia de Recolhimento Rescisório do FGTS (GRRF) no portal empregador do Conectividade Social, por meio da funcionalidade Simular Cálculo da GRRF/Gerar GRRF.

A GRRF pode ser gerada de duas formas:

- a) Aplicativo Cliente: disponibilizado gratuitamente no site da Caixa. Exige a utilização de certificado eletrônico válido, acesso à internet e privilégios de administrador da máquina quando utilizar Windows 2000, NT ou XP.
- b) Portal Empregador: geração da guia por meio da internet. Exige a utilização de certificado eletrônico válido.

O empregador deve ter certificado eletrônico válido e acesso à internet para transmissão do arquivo rescisório e posterior impressão da GRRF. Caso contrário, deve baixar e instalar o aplicativo de pré-certificação, preencher as informações requeridas e levar o arquivo de pré-certificação salvo em disquete a uma agência da Caixa, original e cópias simples da Carteira de Identidade, CPF e CEI. Nas demais situações de rescisão contratual, o recolhimento do mês da rescisão e do mês anterior à rescisão, caso ainda não tenha sido feito, deve ser realizado meio da GRF ou da GFIP Avulsa.

2.3.10 Declaração Mensal do ISSQN (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza)

A declaração eletrônica de prestação de serviços é uma exigência de âmbito municipal, pois é informada a receita de serviços prestados como base para

recolhimento do imposto municipal ISSQN – Imposto Sobre Serviço de qualquer Natureza. Portanto este tipo de declaração diverge de cada município, pois cada prefeitura estabelece um programa para receber essa informação e assim, gerar a guia de recolhimento do imposto. Abaixo será apresentada a forma de escrituração do município de Porto Alegre/RS.

O Prefeito Municipal de Porto Alegre instituiu a escrituração fiscal do município através do Decreto Nº 14.491/04:

Art.1º – Declaração Mensal - escrituração eletrônica do livro fiscal do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) - instrumento que registra, por competência, a escrituração da movimentação fiscal referente aos serviços prestados e tomados de terceiros, possibilitando, ainda, a emissão de documento de arrecadação referente à escrituração efetuada.(PORTO ALEGRE, 2004)

Na instituição desta, estabeleceu-se também o instrumento de escrituração, o software ISSQNDec que permite, entre outras funções, escriturar, enviar a declaração pela Internet e imprimir o documento de arrecadação (guia de pagamento). O decreto estabeleceu ainda o prazo em que cada estabelecimento é obrigado a encaminhar à Secretaria Municipal da Fazenda a Declaração Mensal de cada competência até o dia 10 do mês subsequente.

O software ISSQNDec foi substituído pelo aplicativo DecWeb, conforme Instrução Normativa SMF 01, de 22 de fevereiro de 2016. Estabelecendo que a partir de 1º de outubro de 2017, a apresentação da Declaração Mensal do ISSQN através do sistema DecWeb tornar-se-á obrigatória, sendo a partir desta extinta a forma de entrega por meio do software ISSQNDec.

O aplicativo DecWeb é um instrumento de escrituração, acessível através de navegador de Internet, que permite, entre outras funções, escriturar, enviar a declaração pela Internet e imprimir o documento de arrecadação (guia de pagamento). Este novo programa da Escrituração Eletrônica Mensal do Livro Fiscal relativa ao ISSQN, disponível na Internet (DecWeb), tem todas as funcionalidades do programa ISSQNDec (que precisava ser baixado e instalado na máquina do contribuinte). Além disso, algumas demandas surgidas com a implantação da Nota

Fiscal de Serviços Eletrônica foram contempladas neste novo aplicativo da Declaração, entre elas:

- Criação e busca automática dos valores referentes ao ISSQN apurado a partir das NFSEs emitidas e recebidas (substituição tributária);
- Visualização em tela e possibilidade de download de relatório de todas as NFSEs emitidas na competência;
- Visualização em tela e possibilidade de download de relatório de todas as NFSEs recebidas na competência.

O acesso à DecWeb é feito utilizando o mesmo usuário/senha já cadastrado no Controle de Acesso (sistema acessado antes de se obter o credenciamento da NFSE).

3 CONCLUSÃO

Neste artigo verificamos que o cumprimento das obrigações acessórias constitui a maior parte do trabalho burocrático das pequenas, médias e grandes empresas, tendo a função de comunicar à administração federal, estadual e municipal a real situação do cumprimento das respectivas exigências fiscais, e se tornaram severos mecanismos de segurança, monitoramento e, principalmente, de fiscalização para impedir a sonegação e a evasão tributária.

De modo geral, percebe-se uma evolução no que diz respeito à burocracia e a quantidade de obrigações acessórias para empresas no Brasil, desde a implantação do projeto Sped que tem como objetivo racionalizar e uniformizar as obrigações acessórias para os contribuintes com o estabelecimento de transmissão única de distintas obrigações acessórias de diferentes órgãos fiscalizadores. Desde a criação deste sistema já foram extintas algumas obrigações como a Dacon e Dipj, por exemplo, mesmo ainda não estando em pleno funcionamento do projeto.

A evolução se dá de maneira que as antigas obrigações forem extintas e deem lugar as novas declarações integradas pelos Fiscos. Ainda há projetos em andamento como o E-Social, projeto do Governo Federal, que envolve a Receita Federal, o Ministério do Trabalho, o INSS e a Caixa Econômica Federal. Seu principal objetivo é a consolidação das obrigações acessórias da área trabalhista em uma única entrega. Ou seja, o E-Social irá unificar o envio de informações referente aos trabalhadores das empresas. Com a plena implantação do E-Social, o profissional de RH fará em um único envio todas as informações relevantes para CAGED, GFIP, RAIS, etc.

Por fim, a pesquisa realizada agregou de maneira positiva para que possamos tratar com relevância a importância da entrega destas obrigações acessórias, tendo em vista que o sistema de cruzamento de dados dos Fiscos Federal, Estadual e Municipal está muito integrado, não existindo mais espaço para sonegação, evasão, omissões, falhas nas informações prestadas. Dessa maneira o administrador, os sócios, o contador, enfim, todos os envolvidos no processo empresarial precisam alterar condutas, pensamentos, formas de agir para não incidirem em erro e terem que suportar um preço alto por isso. Todos informando

corretamente seus dados e sendo tributados de forma correta e igualitária, poderão competir com as mesmas condições no mercado perante o consumidor.

4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei Nº 4.923, de 23 de Dezembro de 1965.** Institui o cadastro permanente das admissões e dispensas de empregados, estabelece medidas contra o desemprego e de assistência aos desempregados, e dá outras providências. Brasília: 1965.

BRASIL. **Decreto Nº 76.900, de 23 de Dezembro de 1975.** Institui a Relação Anual de Informações Sociais – RAIS e dá outras providências. Brasília: 1975.

BRASIL. **Decreto Nº 2.803, de 20 de Outubro de 1998.** Regulamenta o art. 32 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, com redação dada pela Lei nº 9.528, de 10 de dezembro de 1997. Brasília: 1998.

BRASIL. **Instrução Normativa SRF Nº 127, de 30 de Outubro de 1998.** Institui a Declaração Integrada de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica - DIPJ e estabelece normas para a sua apresentação. Brasília: 1998.

BRASIL. **Instrução Normativa SRF Nº 269, de 26 de Dezembro de 2002.** Dispõe sobre a Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte (Dirf) e dá outras providências. Brasília: 2002.

BRASIL. **Decreto Nº 6.022, de 22 de Janeiro de 2007.** Institui o Sistema Público de Escrituração Digital – Sped. Brasília: 2007.

BRASIL. **Instrução Normativa SRF Nº 985, de 22 de Dezembro de 2009.** Institui a Declaração de Serviços Médicos (Dmed). Brasília: 2009.

BRASIL. **Instrução Normativa SRF Nº 1130, de 18 de Fevereiro de 2011.** Altera a Instrução Normativa RFB Nº 1.110, de 24 de dezembro de 2010, que dispõe sobre a Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF). Brasília: 2011.

BRASIL. **Instrução Normativa SRF Nº 1252, de 01 de Março de 2012.** Dispõe sobre a Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/Pasep, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição Previdenciária sobre a Receita (EFD-Contribuições). Brasília: 2012.

BRASIL. **Instrução Normativa SRF Nº 1420, de 19 de Dezembro de 2013.** Dispõe sobre a Escrituração Contábil Digital (ECD). Brasília: 2013.

BRASIL. **Instrução Normativa SRF Nº 1441, de 20 de Janeiro de 2014.** Extingue o Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais (Dacon) relativo a fatos geradores ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2014. Brasília: 2014.

BRASIL. **Instrução Normativa SRF Nº 1422, de 19 de Dezembro de 2013.** Dispõe sobre a Escrituração Contábil Fiscal (ECF). Brasília: 2013.

CEF. **Sítio da Caixa Econômica Federal – SEFIP e GFIP.** Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/empresa/fgts-empresas/SEFIP-GRF/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 05/06/2017.

HIGUCHI, H. **Imposto de Renda das empresas: Interpretação e prática.** São Paulo: IR PUBLICAÇÕES, 2016.

JORNAL CONTÁBIL. **Confira quais são as principais obrigações acessórias do lucro real e lucro presumido.** Disponível em: <https://www.jornalcontabil.com.br/confira-quais-sao-principais-obrigacoes-acessorias-lucro-real-e-lucro-presumido>. Acesso em: 20/05/2017.

MARTINS, S. P. **Manual de direito tributário.** São Paulo: ATLAS, 2006.

PORTO ALEGRE. **Decreto Nº 14.491, de 11 de Março de 2004.** Normatiza a Escrituração Eletrônica mensal do livro fiscal e a Declaração Eletrônica Anual a ser realizada por meio do “software” ISSQNDec e dá outras providências. Porto Alegre: 2004.

PORTO ALEGRE. **Instrução Normativa SRF Nº 01, de 22 de Fevereiro de 2016.** Altera o caput e os §§ 6º e 7º do art. 1º, inclui os art.1º-A e 1º-B e revoga os arts. 2º a 6º na IN SMF 6/2007, que trata da Declaração Mensal do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – escrituração eletrônica mensal do livro fiscal, bem como revoga as Instruções Normativas da Secretaria Municipal da Fazenda 04, de 31 de maio de 2004, e 02, de 8 de julho de 2005. Porto Alegre: 2016.

RECEITA FEDERAL. **Sítio do Sped – Sistema público de escrituração digital.** Disponível em: <<http://sped.rfb.gov.br>>. Acesso em: 15/04/2017.

SALOMÃO, P. M. C. **As obrigações acessórias e o fisco na era digital.** Disponível em: <www.direitonet.com.br/artigos/exibir/8016/As-obrigacoes-acessorias-e-o-fisco-na-era-digital> Acesso em 13/05/2017.

SEGUNDO, H. B. M. **Código tributário nacional**. São Paulo: ATLAS, 2009.

YOUNG, L. H. B. **Obrigações tributárias federais acessórias**. Curitiba: JURUA EDITORA, 2012.